

RESEÑAS



ALVES, Luís Alberto & PINTASSILGO, Joaquim (Coords), História da Educação. Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: Balanço da investigação portuguesa (2005-2014). Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar 'Cultura, espaço e memória'/ HISTEDUP (Associação de História da Educação de Portugal / Instituto de Educação – Universidade de Lisboa), 2015, 245 pp. ISBN: 978-989-8351-32-6.

Reclamar o passado, avaliar o presente, preparar o futuro

A obra termina o ciclo de uma profunda reflexão disciplinar, convocada ao tempo do IV Encontro de História da Educação e subordinado ao tema Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: Balanço

da investigação portuguesa, realizado em julho de 2015 no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa com organização da Associação de História da Educação de Portugal – HISTEDUP.

O livro disponibiliza os estudos que apoiaram as comunicações desse evento, uma publicação de formato e manuseio agradável, com informação relevante, atualizada e crítica. Segundo as intenções expressas na Introdução assinada pelos organizadores, Luís Alberto Marques Alves e Joaquim Pintassilgo, é mais um passo para a formação consistente da disciplina de História da Educação no espaço científico. Este balanço da produção portuguesa, como nos dão conta, coloca-se assim no esteio de encontros anteriores (1.º, em 1987; 2.º, em 1996; e 3.º em 2005), com uma periodicidade quase decenal, tempo suficiente para garantir um distanciamento e, ao mesmo tempo, dar conta dos deslocamentos disciplinares.

A organização deste balanço, cobrindo as datas de 2005 a 2004, evidencia uma dupla preocupação, de uma parte a atualização e a crítica científica, e, de outra parte, a difusão com propósitos didáticos – desiderato nunca enunciado, mas evidente e inteiramente conseguido. Tanto os oito estudos que compõem o corpus principal, como os dois artigos anexos que os complementam, pela clareza dos textos e disponibilização de informação, podem captar a atenção quer de académicos de diversos níveis, quer de leigos seduzidos pelo desejo de conhecer melhor a História da Educação. Destaca-se para este efeito, a prévia definição de uma norma protocolar norteadora para os diversos temas-problemas identificados em cada um dos artigos, matriz organizadora que cada autor/a usou

de acordo com o seu senso crítico e estilo individualizado de pesquisa e de escrita. Nesta equipa de historiadores da educação encontram-se desde catedráticos até recém-doutorados, opção que sem dúvida contribui para a ideia de fortalecimento e legitimação disciplinar. A cada um deles foi garantida a relativa autonomia no tema-problema que dominam na sua investigação pessoal, num posicionamento que entrelaça renovação e herança.

O corpo principal deste livro tem por base um primeiro acervo de referência da produção científica compulsada e analisada em “Balanço da produção portuguesa recente: o exemplo das teses de doutoramento (2005-2004)”, da autoria de Carlos Beato e Joaquim Pintassilgo, remetido para anexo. Esse balanço, que efetivamente surge em último lugar, foi constituído a partir de um arquivo de 86 dissertações com vista à obtenção do grau doutor, entregues entre 2005 e 2014, sob o critério fundamental de apresentarem objeto e método passível de ser considerado no âmbito da História da Educação – mesmo que a disciplina de inserção fosse outra. As teses de doutoramento foram assim o principal indicador, uma vez que se reconhece a esses documentos “uma certa exemplaridade no que diz respeito ao desenho e ao percurso de investigação”, até porque foram produzidos ao cabo de longos anos de investimento académico, e foram crivados pela avaliação formal (p. 215). Esta postura assumida no eixo central, e eventualmente completada com outros exemplos pelos diferentes autores dos outros capítulos, colide com a ideia do senso comum de que uma tese em História da Educação não teria qualquer relevância; pelo contrário, como aqui se demonstra na prática, o doutorando carrega a responsabilidade de

falar desde a disciplina que abraça, dando uma contribuição que sempre será decisiva e que se espera ser positiva. Neste sentido, os autores deste balanço tomaram pulso ao repertório nacional (produzido ou não no território português), cotejando-o com outros balanços disciplinares nacionais e internacionais. Nomeadamente, realizaram uma comparação direta a partir do anterior balanço da produção científica nacional¹. Percebe-se assim melhor o desenvolvimento disciplinar da História da Educação, não apenas no mero aumento numérico de teses, mas também num aprofundamento temático, metodológico e de novas perspectivas sobre as fontes.

Podemos assim considerar que os oito grandes temas-problemas da primeira parte do livro (200 páginas iniciais) se conectam em permanência com este estudo central. Cada um dos autores utilizou-o e completou-o de acordo com os seus desígnios, quer fazendo as suas escolhas estritamente a partir deste acervo, quer acrescentando outros títulos a partir da abertura a novos critérios, a outras bases de dados, ou a documentos de outra natureza (e.g., dicionários, monografias, capítulos de livros, artigos). Deste modo, Justino Magalhães apresenta uma abordagem crítica sobre as organizações escolares (24 estudos), Luís Alberto Marques Alves reflete sobre as potencialidades da História do Tempo Presente (22 teses), Joaquim Pintassilgo e Anabela Teixeira percecionam a biografia (9 teses), Cláudia Pinto Ribeiro ausculta a

¹ Jorge Ramos do Ó (2007). Métodos e processos na escrita científica da História da Educação em Portugal: um olhar sobre as 44 teses de doutoramento aparecidas entre 1990-2004. In Pintassilgo, J., Alves, L.A.M., Correia, L.G. & Felgueiras, M.L. (eds), *A História da Educação em Portugal: Balanço e perspectivas* (pp. 35-72). Porto: Edições ASA.

preocupação com 'os outros' (3 teses), Ana Isabel Madeira procura a questão colonial e pós-colonial (22 dissertações e teses), Carlos Manique da Silva observa o tema dos espaços escolares (38 estudos), Maria João Mogarro discute a potencialidade metodológica dos testemunhos orais (31 teses) e Helena Cabeleira reflete sobre o estatuto da imagem como fonte e problema metodológico (19 teses). Cada um destes oito subcorpus realiza um pertinente estado da arte do panorama internacional e/ou fornece indicações práticas, com um sentido altamente pedagógico e reflexivo para quem se interessar em se iniciar ou atualizar em cada uma das questões colocadas.

De igual modo, todos estes ensaios, que realizam uma avaliação detalhada de diversos parâmetros devidamente explicitados, e não deixando de se congratular pelo nível científico atingido, pelos autores em particular, e pela comunidade de historiadores da educação em geral, contribuem para lançar pistas para novas investigações. Neste particular, são frequentemente sublinhadas as faltas e as falhas da produção portuguesa. Diria o ensaísta Maurice Blanchot que é o erro, no seu descaminho, que permite lançar uma luz nova e garantir o avanço da obra (pp. 117-118)². Neste caso, a auscultação das grandes tendências e lacunas da produção portuguesa permite iluminar o que se espera que venha a ser colmatado por novos trabalhos, e que, sem este tempo de balanço e reflexão, permaneceria como prática não pensada das pesquisas nesta área.

Uma vez apontados, não se pode mais silenciar os vazios da História da Educação. Magalhães indica, desde logo,

a falta de estudos institucionais (ainda!), nomeadamente daqueles que incluam ou pelo menos contribuam para uma perspetiva de síntese e de teorização do problema da educação enquanto instituição (p. 23). Reclamando também um aprofundamento da matriz teórica, Marques Alves introduz a questão da História do Tempo Presente e da função social do historiador. Esta perspetiva historiográfica, no seu entender, deveria ser explicitada – verificando que muitas teses se relacionam ingenuamente com o presente, mesmo que assumam essa relação, quando existe já um aparato capaz de suportar este pensamento. Verifica-se também que alguns temas tomados usualmente por lugares-comuns estão longe de ser esgotados, exemplo flagrante dos espaços escolares. Manique da Silva indica a inexistência ou fragilidade de estudos sobre dimensões tão ricas e diversas quanto a intervenção dos municípios ou a relação entre a arquitetura e os seus utilizadores, entre muitas outras (p. 143). Também Pintassilgo & Teixeira apontam a necessidade de continuar a aprofundar o género biográfico, sugerindo a forte necessidade de introduzir nas teses a implicação de reforçarem o rigor metodológico e de trazerem um contributo teórico mais pronunciado (p. 74). O panorama sobre 'os outros' da educação, isto é, a infância marginal (cegos, surdos, anormais), na visão de Pinto Ribeiro, colide com o confrangedor desinteresse por este tema no seio da historiografia educacional. Esta ausência pode ser explicada por múltiplas razões, mas, aponta sobretudo para o grande problema teórico, metodológico e empírico que aqui se estipendia, e que é transversal a todos os temas-problemas: o silenciamento da criança (p. 95). Madeira chama a atenção para o facto de a dimensão colonial e pós-

² *O livro por vir*. Lisboa: Relógio d'Água.

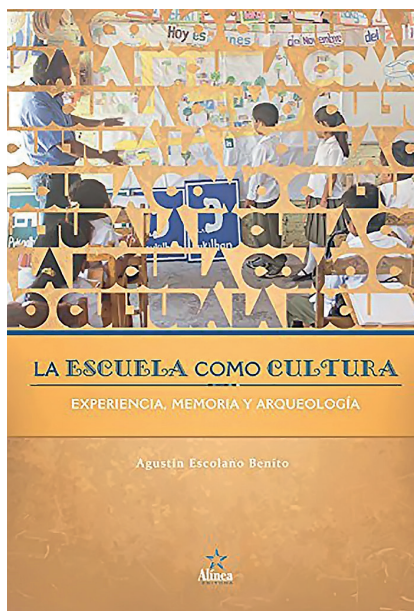
colonial ser ainda pouco explorada pela historiografia nacional, sobretudo quando comparada com o interesse manifestado extrafronteiras. Metodologicamente, são também poucos os estudos transnacionais, sendo quase sempre usadas as dimensões nacionais, tendência que Beato & Pintasilgo corroboram também, sublinhando a falta de estudos transversais às fronteiras políticas, nomeadamente que contemplem as problemáticas “da circulação e das histórias conectadas” (pp. 224-225).

Os últimos dois artigos da primeira parte mostram ainda uma preocupação com o estatuto teórico e metodológico de fontes que, pela sua natureza, tiveram grande dificuldade em se fazer enunciar como prova científica. Neste sentido, Mogarro reflete sobre a inegável dimensão que os testemunhos orais ganharam nas metodologias usadas em História da Educação, tanto para reconstituir o passado recente, como para problematizar a herança educativa, sugerindo a necessidade de assumir esta fonte, sobre a qual se deve continuar a dinamizar a reflexão. Cabelreira, por sua vez, coloca a interrogação sobre as imagens como fonte, mostrando como estamos ainda na infância da sua utilização, geralmente ingénua e sem aparato crítico, cegos que estamos para o facto de a imagem ser parte inerente e inalienável da educação moderna, tal como ela se foi construindo desde o século XV.

Esta panóplia de faltas, assinaladas de modo discreto mas contundente nos textos em apreço, acompanha-se pelo fôlego de as suprir trazido quer pelo aprofundamento e indicação dos autores de cada um dos estudos, quer ainda pelo texto didático e inspirador de António Nóvoa, “Cartas a um jovem historiador da educação” (reproduzido por cortesia da revista *Historia*

y Memoria de la Educación), publicado em anexo. São oferecidos nove conselhos a quem os quiser ouvir, sendo de reproduzir aqui o parágrafo derradeiro do oitavo, que incita ao “Conhece com responsabilidade”: “A universidade está repleta de trabalhos ‘relevantes’ que não tiveram nenhuma utilidade, e de muitos outros, ‘irrelevantes’, que abriram novas maneiras de educar. A história não serve para nada, a não ser para pensar. E isto é tudo” (p. 212).

Ana Luísa FERNANDES PAZ
Instituto de Educação,
Universidade de Lisboa



ESCOLANO BENITO, Agustín. (2016). *La escuela como cultura. Experiencia, memoria, arqueología*. Ferrara: Volta la Carta Edizioni. 268 pp. ISBN 978-88-993020-2-3.